

REPRESENTAÇÃO, CURRÍCULO E FORMAÇÃO SOBRE QUILOMBOS E O CONTINENTE AFRICANO NAS ESCOLAS “DITAS” QUILOMBOLAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SALVADOR EM ILHA DE MARÉ.

Noliene Silva de Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Indígenas e Culturas Negras-PPGEAFIN/UNEB

noliene.s.o@gmail.com

Neste trabalho, ainda em andamento, exponho como são versados, na perspectiva das escolas “ditas” quilombolas, o ensino sobre quilombos e o continente africano. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de abordagem (auto)biográfica, cuja opção teórico-metodológica se assenta nas contribuições de Certeau, Foucault, Ivaldo Lima, Mudimbe, dentre outros. Neste sentido, o trabalho se desenvolve a partir de entrevistas, análise dos discursos e das ações realizadas pela Equipe Pedagógica das escolas, bem como do corpo técnico da Secretaria Municipal de Educação/Smed que acompanha as escolas quilombolas da Rede Municipal de Ensino de Salvador em Ilha de Maré. As singularidades destas unidades já se iniciam por serem quilombolas insulares, cuja “maritimidade” já incide em diferentes tempos e ritmos de aprendizagem. Objetiva-se aferir, pelo viés do “ser quilombola”, a percepção de continente africano expressa nas intervenções sociais e pedagógicas fomentadas em tais unidades escolares, bem como as representações que são constituídas e trabalhadas no currículo adotado (formação continuada de educadores; mobilização política e produção de conhecimento).

Palavras-chave: **Representação; Continente Africano; Educação Escolar Quilombola.**

Introdução

Atualmente, o projeto em pesquisa, encaminha no sentido de entender as representações da “dita” Educação Escolar Quilombola e a ação da Equipe Pedagógica nas Escolas da Rede Municipal de Salvador em determinadas localidades de Ilha de Maré, notadamente

quanto à diversidade do trabalho no âmbito curricular, os conflitos e consensos decorridos ao perceber a diversidade do Continente Africano e do Ser Quilombola nas relações étnico-raciais a serem tratadas nos espaços educacionais institucionais.

Rede Municipal

Em diversos encontros formativos e projetos realizados, expostos para a rede e comunidade local, estão presentes no discurso a necessidade da ampliação do conhecimento sobre “África”, “identidade negra”, “quilombo”, racismo e “empoderamento negro”. Todavia, estes conceitos trazem consigo estereótipos que se entrelaçam a reivindicações identitárias de “afro-brasilidade”, sobretudo pelo viés de uma dita “diáspora africana” e amoldamento religioso, reforçando justamente o que pretendem a princípio negar: a homogeneidade em África e do ser quilombola. Para esta pesquisa, além da revisão bibliográfica específica sobre o tema, recorro ao uso de entrevistas feitas com alguns membros das comunidades, discentes e docentes das citadas escolas, instrumentos institucionais utilizados, de modo que se possa ter pistas de como está implantada a Educação Escolar Quilombola, o currículo escolar das escolas “ditas” quilombolas, o ensino sobre quilombos e o continente africano. O presente trabalho se insere numa perspectiva de análise dos currículos, discursos, práticas e costumes dos docentes e discentes das referidas escolas ditas quilombolas.

Neste sentido é prioritário a análise dos discursos e das ações realizadas após diálogo com Equipe Pedagógica das escolas, bem como alguns membros pertencentes ao corpo técnico da Secretaria Municipal de Educação-Smed que acompanha as escolas quilombolas em “Ilha de Maré”. A partir deste aspecto temos pistas da Representação, Currículo e Formação sobre Quilombos e o Continente Africano na perspectiva do Órgão Central; Gerência Regional; Unidades Escolares.

Notadamente pode-se observar na oferta da Disciplina Optativa Cultura Baiana, no material didático Nossa Rede e busca pela implementação da Educação Escolar Quilombola e da Lei Municipal (Resolução do CME Nº 33/2015) que em distintos momentos a Smed tem protagonizado para os colaboradores da Rede e comunidade local de Ilha de Maré períodos formativos, através do Núcleo de Políticas Educacionais para as Relações Étnico-Raciais – Nuper. Todavia não se traduz, necessariamente, nas modificações das imagens que aludem que há “uma África” no Brasil, subjaz declarar

que se constatarem pistas de implícita relação que buscam afirmar semelhanças entre um continente e um país, retirando toda a capacidade de autonomia e protagonismo em ambos. Nota-se no discurso que o cotidiano quilombola, a exemplo de outros “étnico-raciais e sociais”, é da emergência da práxis, porque o pensar e o fazer se corporificam:

- Na forma de visões que orientam um portar-se diante do mundo (pensamentos, ideias) ;
- No modo de vida e mais especificamente na forma de trabalho, atividade prática que não isola o pensar do fazer, resultando em um manter-se no mundo;
- Enfim, como processo educativo que confere aos sujeitos um processo de localizar-se no mundo observando as suas especificidades raça, gênero, faixa etária e classe social.

Assim, a relação que reforça justamente o que pretendem a princípio negar: a unicidade, a homogeneidade e singularidade do “ser” quilombola e “ser ‘*africano*’” .

Quilombo...

Entre alguns povos da África Centro-Occidental, a exemplo dos jagas imbagalas (MACEDO, 2013), representava o nome pelo qual era chamado os seus acampamentos, que possuíam conotação de estrutura militar, uma vez que não dispunham de organização social baseada nas linhagens.

No século XVII, no que era ainda Pernambuco, Palmares se notabilizou por construir agrupamentos comunitários que reuniam várias pessoas, dentre os quais aqueles que se encontrava em fuga dos contextos de cativeiro (MOTTA, 1980). E foi este aspecto que propiciou a transformação de Palmares em símbolo de luta para os movimentos sociais negros da contemporaneidade. Esta operação representa, então, nova ressignificação de sentidos da palavra “quilombo”.

Segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ o termo quilombo assumiu um novo significado, não mais atrelado ao conceito de grupos formados por escravos fugidos. Tal órgão percebe ser o quilombo apenas um dos eventos que contribuíram para a constituição das “terras de

uso comum” a partir da lei para descrever as comunidades que fazem uso do artigo constitucional.

Hoje, o termo é usado para designar a situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil, fazendo referência: a terras que resultaram da compra por negros libertos; da posse pacífica por ex-escravizados; de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravizados organizados em quilombos.

Na atualidade, por inspiração, interesses (ou pressão externa) dos movimentos sociais negros, diversas comunidades tomaram para si a identidade de “quilombolas”, trazendo para si aspectos de uma idealização mesclada a questões da luta política, associada a práticas e costumes culturais.

Contextualizando Ilha de Maré

Ilha de Maré está fixada na Zona do Subúrbio Ferroviário, como bairro de Salvador sendo considerada a terceira em extensão territorial em toda a Baía de Todos os Santos, cujos povoados estão centradas memórias de comunidades quilombolas, sendo que três destas estão localizadas na região norte, assim denominadas: Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa. Estes três povoados na Ilha de Maré estão entre as cinco primeiras comunidades que receberam a certificação pela Fundação Palmares como remanescentes de quilombo no dia 05 de julho de 2005 (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2011). Em entrevista verificou-se que: a pesca artesanal está concentrada nas regiões norte (comunidade de Porto dos Cavalos) e leste (comunidade de Bananeiras) enquanto que na comunidade de Praia Grande persiste a tradição do doce de banana e do artesanato de cestarias, sendo as famosas rendeiras de bilro como tradição identificada na comunidade de Santana.

A Ilha de Maré apresenta doze territórios: Santana – Itamoabo – Neves – Botelho – Oratório - Bananeiras (certificada) - Maracanã (ou Armenda) - Ponta Grossa (certificada) - Porto dos Cavalos (certificada) - Martelo (certificada) - Praia Grande (certificada). Existiam os territórios: Ponta da Cacimba; Capela de Santo Antônio;

Ponta de Areia; Engenho de Maré; Ponta do Ermitão que foram integrados a algumas localidades. (ATLAS AMBIENTAL INFANTO JUVENIL DE SALVADOR, 2006).

No que tange a demarcação de seu território tradicional, ainda se faz necessário evidenciar que a busca pelo reconhecimento de sua identidade local, ocorre da seguinte forma:

- Fundação Cultural Palmares – FCP órgão ligado ao Ministério da Cultura - MinC, responsável pelo reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA que inicia o procedimento de certificação a pedido da comunidade, de outros órgãos ou por meio de ofício.

Escola Quilombola e “Dita” Quilombola

A Escola Quilombola institucionalizadas pela Smed são:

1. Escola Municipal de Bananeira, em Bananeira, no turno matutino e vespertino, atende ao Segmento Creche e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
2. Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, em Porto dos Cavalos, no turno matutino, atende ao Segmento Creche e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (existência de 02 classes multiseriadas - EFMULT).

A que prática a Educação Escolar Quilombola é:

1. Escola Municipal Ilha de Maré, em Praia Grande, no turno matutino atende ao Segmento Creche, Pré-Escola, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos II; no turno vespertino atende Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos II (existência de classes multisseriadas – EJAMULT).

A Escola Municipal Ilha de Maré não é institucionalizada como quilombola pela Smed, mas pela comunidade local uma vez que esta em Praia Grande que é comunidade quilombola, mas a localidade espacial da unidade não é em território demarcado. Por

conta de tal situação tem ocorrido diversas tentativas de diálogo no sentido de rever tal questão.

QUANTIDADE GERAL DE ALUNOS EM ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

TÍTULO:	Quantidade Geral de Alunos em Áreas Remanescentes de Quilombos					
DESCRIÇÃO:	Quantidade de Alunos Quilombolas					
FONTE:	Sistema de Matrícula					
PERIODICIDADE:	Imediata					
TIPO	CRECHE	PRÉ ESCOLA	FUNDAMENTAL I	FUNDAMENTAL II	EJA I	EJA II
NÃO QUILOMBOLA	8625	17328	76855	19878	7815	9419
QUILOMBOLA	102	40	214	244	0	33

Fonte: Smed/ Educação em Número/Sistema de Matrícula – Junho/2019

Atuação com Equipe Gestora

Dentre as atuações que a Equipe Gestora tem realizado na tentativa de lidar com as singularidades destas unidades quilombolas insulares, cuja “maritimidade” interfere ao ditar diferentes tempos e ritmos de aprendizagem, o currículo a ser consolidado de acordo com a lei e o “ser quilombola”, a percepção de continente africano expressa nas intervenções sociais e pedagógicas fomentadas nestes espaços, as representações repercutem na construção do Projeto Político Pedagógico-PPP, na formação continuada de educadores nos Acompanhamentos Pedagógicos, na mobilização política e produção de conhecimento que buscam relacionar com a comunidade local para dentro do espaço escolar via projetos.

Nota-se tentativas realizadas de modo equivocados de consolidar o conhecimento formativo via oficinas com histórias e saberes locais, estudo dos marcos educacionais e panorama da legislação relativa a questão racial/quilombola e Educação Escolar Quilombola, onde se visualiza representação de África e africanos expressa nas

intervenções sociais e pedagógicas fomentadas nas turmas de educação escolar quilombola.

A prática educativa e o discurso conceitual ideológico da “Matriz Africana”, “Afrodescendente”, “Afro-brasileira”, “Negra” e “Quilombola” dentro do Projeto Político Pedagógico-PPP/ Mostra Quilombola/ Material Didático / Currículo (Plano estruturado e organizado e enquanto conjunto de experiências educativas) induz que dá mesma maneira que muitos foram levados a equívocos do tipo de que *na África todos são africanos ou negros*, há muitos que também se equivocam ao concluírem que *na Ilha de Maré todos são quilombolas*.

Dado aos anseios e nuances que cada uma das localidades detém dentro deste campo, será possível com essa transformação influenciar rescindindo os discursos que racializam os humanos, enriquecendo os discursos ideológicos e as representações sociais?

Como estabelecer nexos entre uma comunidade que se reconhece de formas diversas com uma suposta africanidade que apresenta a partir do uso de cabelos em determinada estética, roupas coloridas, religião de orixás e práticas culturais que não são, necessariamente, de uso comum daquele dado espaço sócio cultural? Como impor a determinadas pessoas que se reconhecem plurais um comportamento preconcebido? Eis um dos primeiros aspectos problemáticos entre estereotipia, educação, identidade e movimentos sociais!

O Currículo assim como o quilombo possui múltiplas interpretações ao longo do tempo e diferentes formas, em que se destaca o caráter ideológico e cultural e sua construção que ocorre a partir de múltiplos fatores sociais.

Entretanto, vale refletir que sobre uma concepção de conhecimento para o que se denomina Educação Escolar Quilombola, significa abrir-se à práxis de formação curricular diferenciada no reformular ou formular junto à comunidade escolar o PPP adequando seu currículo, e assumir o compromisso de contemplar, sem sobrepor, o saber instituído e o vivido e diverso.

Tal interpretação influi nas relações estabelecidas dentro dos espaços escolares dado à interface dado ao trabalho docente por meio do Planejamento de Curso/Aula e do PPP, urdindo linguagens e aprendizagens, da construção do conhecimento e da cultura,

reafirmando e enfatizando a compreensão e o direcionamento do *modus operandi* em que esta educação é ofertada na construção coletiva e colaborativa.

Marcas Representativas

Tentativa subsistente em identificar uma identidade “africana” ou de “sobrevivência” quilombola com a comunidade local que nem sempre é possível, dado a maneira como se aprendeu sobre a mesma, de como as marcas profundas sobre a representação da “historicidade africana” foi ali constituída.

Os desafios indicativos de prática e costumes dos apontados como negros e negras em nossa sociedade como partícipes de uma diáspora e automaticamente passando a pertencer a história do continente africano, me tensiona aprofundar estudo sobre o modo como tal ocorrência é tecido e costurado nas escolas mencionadas. Tal preocupação também possui equivalência com a questão quilombola, todavia não creio ser possível compreender desta maneira por conta do anacronismo. As práticas e costumes são constituídos de outras formas, desdobradas e resignificadas de diversas infinitas modos.

Considerações Finais

Retomo aqui a questão conceitual: é preciso atentar para o complexo uso dos termos conceituais, a exemplo de etnia, afro-brasileiro, afrodescendente e matriz africana. Sem haver uma análise/estudo sobre a compreensão de cada um destes termos em seu contexto cultural, torna difícil perceber as relações que abarcam o bojo em contexto com os objetos, sujeitos, práticas, processos e padrões do campo de discurso.

As representações construídas sobre o Continente Africano e Quilombo nas Escolas “Ditas” Quilombolas e trazem consigo marcas diacríticas ou fatores primordiais de identificação diversas e estão compondo os Currículos Educacionais Escolares ainda representados pelo viés linear, superficial, de silenciosidade no que tange a modalidade educacional.

Há uma luta pelo reconhecimento e afirmação das ações e dos marcos legais no âmbito da Educação Básica, a exemplo da Lei Nº 10.639/2003 alterada pela Lei Nº

11.645/2008 e Resolução CME nº 33/2015 – Diretrizes Municipais para Educação Escolar Quilombola. Ainda permanece como “querer” do sujeito realizar, no espaço educacional municipal (seja na gestão, sala de aula ou “corredores” da estrutura da escola ou mesmo do Órgão Central), produção de conhecimento e reconhecimento das contribuições na formação patrimonial e cultural da sociedade brasileira.

A compreensão de uma “África”, de “Quilombolas” eivada de homogeneidade, desqualificação, depreciação e estereótipos que se entrelaçam a reivindicações identitárias de afro-brasilidade, sobretudo pelo viés de uma dita “diáspora africana” e amoldamento religioso. Tal perspectiva é facilmente identificada na folclorização das representações e discursos sobre a África nas escolas municipais, quilombolas e “dita” quilombola da Smed.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e as novas etnias. In: Direitos territoriais das comunidades negras rurais.** In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p 43-81.

BARBUJANI, Guido. **A Invenção das Raças.** São Paulo: Contexto, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos: seus usos nas ciências humanas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de São Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer.** vol. 1. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ, 2018.

FONSECA, M. B. Nzinga Mbandi contra a colonização portuguesa de Angola. **Temporalidades**, v. 6, p. 113-125, 2014.

FONSECA, M. B. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII.** Belo Horizonte: Mazza ed., 2015.

FONSECA, M. B. RAINHA GINGA, IMBANGALAS E PORTUGUESES: AS GUERRAS NOS KILOMBOS DE ANGOLA NO SÉCULO XVII. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS** (Online), v. 41, p. 80-105, 2010.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GLASGOW, Roy. **Nzinga – resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582 – 1663.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

JAPIASSU, Hilton. **O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia.** Rio de Janeiro: Imago, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Discutindo conceitos: “raça”, “diáspora”, “identidade” e História da África no Brasil.** In: LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Representações da África no Brasil: novas interpretações.** Recife: Bagaço, 2018.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003. Reflexões para desconstruir certezas.* In: SILVA, Lucas Victor; GUIMARÃES, Janaína; ARAÚJO, Bruno. (Org.). **História e contemporaneidade: articulando espaços, produzindo conhecimentos.** Recife: Editora da UFPE, 2016, v. 01, p. 334-371.

MACEDO, José Rivair. Jagas, Canibalismo e "Guerra Preta": os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII. **História** (São Paulo. Online), v. 32, p. 53-78, 2013.

MORAES, Maria Cândida. *Transdisciplinalidade, Criatividade e Educação – Fundamentos Ontológicos e Epistemológicos.* Campinas, SP: Papirus, 2015

MOTTA, Roberto. Palmares e o comunitarismo Negro no Brasil. **Ciência e Trópico,** Recife, v. 8, n.2, p. 215-229, 1980.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento.** Lisboa: Edições Pedagogo, 2013.

PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão.** Brasília: Thesaurus, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade. Uma Introdução as Teorias do Currículo* – 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O Mundo como Vontade e como Representação**. São Paulo: UNESP, 2015.

PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise da prática?* In: PÉREZ GÓMEZ, A. I.; SACRISTÁN, J. Gimeno. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre, Artmed, 1998.